

INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Glace Mary Silveira Araújo Lima de Souza¹

Maria do Amparo Vieira dos Santos²

Diogenes José Gusmão Coutinho³

RESUMO: A presente pesquisa se esforça em fazer uma análise da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado, para isso se fez um panorama da educação inclusiva, com um histórico contextual de pontos importantes dessa modalidade pedagógica, principalmente no contexto brasileiro. A pergunta que permeou todo o intento do trabalho foi como se dá o atendimento especializado dentro das escolas regulares. Quais os entraves que professores, comunidade acadêmica, pais e alunos com necessidades especiais enfrentam para acessar um ensino/aprendizagem de qualidade e que forme cidadãos plenos de seus direitos e potencialidades? Para responder a se utilizou de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, como um método de revisão sistemática de bibliografia dentro da área. O trabalho foi dividido em duas partes, sendo a primeira um panorama e análise sobre a educação inclusiva e seus marcos principais. O segundo tópico dedicado ao atendimento educacional especializado contando com revisão bibliográfica para compreender os principais entraves e avanços dessa forma de educação. Por fim à conclusão que pretendeu responder à pergunta colocada de maneira satisfatória, sendo que compreendeu as dificuldades dessa forma de ensino.

Palavras-chave: Educação. Educação inclusiva. Atendimento educacional especializado.

2143

ABSTRACT: This research strives to analyze inclusive education and specialized educational care, for which an overview of inclusive education was made, with a contextual history of important points of this pedagogical modality, mainly in the Brazilian context. The question that permeated the entire intent of the work was how specialized care is provided within regular schools. What are the obstacles that teachers, academic community, parents and students with special needs face in accessing quality teaching/learning that forms citizens with full rights and potential? To answer it, a qualitative bibliographic research was used, as a method of systematic bibliography review within the area. The work was divided into two parts, the first being an overview and analysis of inclusive education and its main milestones. The second topic is dedicated to specialized educational care with a bibliographic review to understand the main obstacles and advances in this form of education. Finally, the conclusion that intended to answer the question posed satisfactorily, and understood the difficulties of this form of teaching.

Keywords: Education. Inclusive education. Specialized educational service.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela CBS. Graduada em Psicologia pelo Centro de Ensino Superiores de Maceió - CESMAC, Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná - Unopar, Pós-graduada em Neuropsicologia e Transtornos do Aprendizado pelo Instituto Brasil de Ensino - IBRA, Pós-graduada em Educação Especial - pelo Instituto Brasil de Ensino - IBRA, Pós-graduada em ABA - Análise do Comportamento Aplicado - pelo Instituto Brasil de Ensino, Pós-graduada em Recursos Humanos pela Unifal/FIC - Faculdade Figueiredo Costa, Pós-graduada em Gestão Escolar pela UNOPAR - Universidade Norte do Paraná, Professora efetiva da Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas (SEDUC/AL).

²Pós-graduada em Pedagogia pelo UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas), Pós-graduada em Educação Infantil pela CESAMA (Centro de Ensino Superior Archanjo Mikael de Arapiraca), Pós-graduada em Educação Especial pela FITEC (Faculdade Ibra de Tecnologia), Professora Efetiva do Secretária Municipal de Educação de Alagoas - SEMED.

³Pós-doutor em Educação CBS. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

I INTRODUÇÃO

O presente artigo, pretende desenvolver uma análise sobre a educação inclusiva e o atendimento educacional especializado. Partindo do pressuposto que todo ser humano, independentemente de suas necessidades, tem direitos garantidos a cidadania, a educação e a outros serviços públicos de qualidade.

A educação inclusiva é direito garantido, seu atendimento no âmbito da escola regular, vem se desenvolvendo com o passar do tempo. Demonstrando que por mais diferente que seja o educando, por mais que tenha necessidades especiais, deve estar inserido no âmbito do convívio social com os demais, para desenvolver suas habilidades e aptidões, dessa forma se tornando um cidadão pleno de direitos.

O atendimento educacional especializado se desenvolve em uma modalidade de contraturno da educação regular, logo, o aluno com necessidades especiais deve necessariamente frequentar o ensino regular e em seu contraturno frequentar desenvolver atividades relativas ao atendimento educacional especializado. Para que isso se torne efetivo, e o aluno desenvolva suas potencialidades, o currículo escolar deve contemplar a colaboração entre os docentes do ensino regular e do atendimento especializado.

Diante desse panorama da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado a hipótese que foi aventada, como se dá o atendimento especializado dentro das escolas regulares. Quais os entraves que professores, comunidade acadêmica, pais e alunos com necessidades especiais enfrentam para acessar um ensino/aprendizagem de qualidade e que forme cidadãos plenos de seus direitos e potencialidades?

Para tal, a metodologia utilizada, foi uma pesquisa bibliográfica qualitativa, acessando plataformas acadêmicas para busca de dados relacionados ao escopo da pesquisa de forma sistemática. Os textos utilizados como base foram elencados no âmbito histórico e contextual, sempre com o intento de não se perder em anacronismo.

Sobre a pesquisa qualitativa, é uma pesquisa que não se interessa pela padronização de conceitos, variáveis, e por replicar resultados, é uma pesquisa aberta que leva em consideração a história do indivíduo, a sua trajetória, suas dificuldades, ou seja, com foco no subjetivo, buscando menos participantes e mais detalhes para construção do conhecimento (FLICK 2013).

De acordo com Minayo (2012), o investigador, os sujeitos, os grupos e as sociedades dão significado a suas ações e construções, na medida em que as estruturas sociais são ações objetivadas. O nível de consciência histórica das ciências sociais, está referenciado por meio da

consciência histórica e social.

Por esse ângulo, os objetos das ciências sociais são intrinsecamente e extrinsecamente ideológicos. Porém, toda ciência é comprometida, pois articula interesses e visões de mundo historicamente construídas no interior da relação entre o pesquisador e o seu corpo de estudo (MINAYO, 2012).

A pesquisa está disposta em dois subtópicos, o primeiro que faz uma análise histórica sobre a educação inclusiva, privilegiando a Declaração de Salamanca sobre educação inclusiva e a LDB, sobre as principais contribuições que esses documentos proporcionaram para os estudantes que tem necessidades educacionais especiais.

O segundo subtópico foi destinado a análise do atendimento educacional especializado, sendo que se privilegiou a produção acadêmica sobre a inclusão escolar e suas dificuldades de efetivação, bem como deu ênfase sobre os processos e sobre as práticas e experiências que os docentes devem ter para responder com eficiência a demanda dos alunos que necessidades educacionais especiais.

A conclusão pretende responder à pergunta colocada da melhor maneira possível, sempre entendendo que no âmbito da educação existem avanços e retrocessos, mas que o caminho a ser trilhado deve ser o melhor para o educando.

2145

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Existem duas maneiras para conhecer e analisar as relações entre o sistema educacional e as escolas. De um lado, as políticas educacionais, as diretrizes organizativas e curriculares, portadoras de intencionalidades, ideias, valores, atitudes e práticas que irão influenciar as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos alunos, determinando um tipo de sujeito a ser educado (BARBOSA, 2009).

Por outro lado, os profissionais das escolas podem aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema de ensino, ou ainda, dialogar com elas e formular, coletivamente, práticas formativas inovadoras em razão de “outro tipo de sujeito” a ser educado (BARBOSA, 2009).

Através desse fio condutor do processo formativo dos sujeitos, é que se pode situar:

A inclusão, em termos educativos, faz mais sentido se for perspectivada como educação inclusiva. Isto significa que a escola, para além de proporcionar aos alunos um espaço comum, tem de proporcionar-lhes, também, oportunidades para que façam aprendizagens significativas. O que só é possível se aceitarmos que a diferença não é necessariamente impeditiva de aprendizagem e que todos aprendemos com os outros...(ODETE, 2019, p.120-21)

Em quase toda a história da humanidade, pessoas com deficiência foram consideradas

inválidas, incapazes para qualquer atividade e acabavam sendo excluídas do meio social. Em seu início a educação (especial) inclusiva caminhou em uma direção assistencialista, passando para uma segunda fase na qual foram priorizados os aspectos médico e psicológico. Atualmente se percebe a introdução de uma proposta de inclusão total desses alunos nas salas de aula do ensino regular.

Com isso:

A temática da educação inclusiva para pessoas com deficiência tem colocado instituições e pessoas em confronto. Diante da dificuldade de dar conta das várias diferenças em sala de aula, muitos advogam a Educação Especial, ministrada em ambientes próprios, separados. Outros, porém, como Fávero (idem, p. 55), admitem que alguns alunos precisem de atendimento especializado, sem que isso signifique “restrição ao mesmo ambiente que os demais educandos”, devendo esse atendimento “funcionar como um currículo à parte, oferecendo subsídios para que os alunos possam aprender conteúdos específicos a cada deficiência, concomitantemente ao ensino comum” (CASTILHO, 2009, p.115).

O primeiro passo para a introdução desses alunos no ensino regular foi a mudança da nomenclatura alunos excepcionais para alunos com necessidades educacionais especiais que ocorreu através da Portaria CENESP/MEC n.º 69 em 1986⁴. Com essa mudança infelizmente, nada significou na interpretação das pessoas sobre os quadros de deficiência e, mesmo, na inclusão dos alunos nas escolas.

No ano de 1994, em Salamanca, na Espanha, reuniram-se em assembleia os delegados da Conferência Mundial de Educação, representando 88 governos e 25 organizações internacionais. Nessa conferência, foi afirmado o compromisso com a educação para todos, com isso foi elaborado um documento, a Declaração de Salamanca, que apresenta metas de ação para a inclusão (BARBOSA, 2009; BREITENBACH, HONNEF, COSTAS, 2016; UNESCO 1994).

A Declaração de Salamanca foi considerada um marco a favor da educação inclusiva, entendendo que as escolas devam buscar maneiras de educar os portadores de necessidades especiais, com a intencionalidade de modificar atividades discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e para a promoção de uma sociedade inclusiva. Nos termos da declaração: “...o princípio norteador deste Enquadramento de Ação consiste em afirmar que as escolas devem se ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas e outras” (UNESCO, 1994, p.07).

⁴ Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/portadores-de-necessidadeseducacionais:especiais/44813#:~:text=Em%201986%2C%20na%20Portaria%20CENESP,necessidade%20educacionais%20especiais%22%20%E2%80%93%20PNEE>. Acessado em: 05/08/2021.

Com isso, a declaração entende que:

As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades. Adotar com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada que permuta a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, [...] a menos que haja razões convincentes para o contrário (UNESCO, 1994, p.10).

Outro ponto importante que a Declaração de Salamanca aborda é sobre a formação dos professores: “Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educativas especiais nas escolas integradoras” (UNESCO, 1994, p.11).

Dessa forma, ensinar atendendo as diferenças, não resulta em mudar a maneira de ensinar a criança com deficiência. Mas de adotar uma nova proposta pedagógica integradora, a qual atenda as diferenças de todos os estudantes. Para isso, deve-se abandonar as condições de um ensino transmissivo, o qual leva o sujeito a copiar sempre um modelo posto pelo sistema educacional e procurar metodologias que contribuam com a aprendizagem dos estudantes (MANTOAN, 2003).

Sobre o desafio que se colocou naquele momento para o ensino dentro das escolas integradoras, o documento delinea que:

[...]O desafio que enfrentam as escolas integradoras é o de desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiências graves. O mérito dessas escolas não está só na capacidade de dispensar educação de qualidade a todas as crianças, com sua criação, dá-se um passo muito importante para tentar mudar atitudes de discriminação que acolham a todos em sociedades integradoras. [...] As escolas que se centralizam na criança são [...] a base para a construção de uma sociedade centrada nas pessoas, que respeite tanto a dignidade como as diferenças de todos os seres humanos (UNESCO, 1994, p.18).

2147

Dentre os mais diversos pontos abordados pela Declaração, o ponto que se faz principal está no aluno e nas suas necessidades, sendo que: “Os programas de estudo devem ser adaptados às necessidades das crianças e não o contrário” (UNESCO, 1994, p.28).

Os trechos citados da Declaração de Salamanca apontam a importância da atuação pedagógica dos profissionais da educação nos sistemas de ensino. Sendo que dessa forma, se faz necessário, pensar em programas de formação docente que contemplem a autonomia dos profissionais no ensino regular, como uma questão central no exercício da docência. Sendo que o mesmo incentiva a autonomia desses alunos diferentes (BARBOSA, 2009).

Em âmbito nacional isso se refletiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que conceituou e orientou a abordagem inclusiva para os sistemas de ensino, dedicando o capítulo V à Educação Especial. Também estabeleceu, no artigo 59, que “os

sistemas de ensino, assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades” (BARBOSA, 2009; BRASIL, 1996).

Em maio de 2008 foi a plenária final da Conferência Nacional de Educação Básica, que aprovou dentre as suas resoluções, a construção de uma educação inclusiva, proposta defendida como política pública pelo Ministério da Educação. Nessa mesma Conferência foi rejeitada a proposta de continuidade da oferta de escolas e classes especiais como substituta da escolarização. Esta decisão fortaleceu a escola pública para efetivar o direito das pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação ou transtornos globais de desenvolvimento, a frequentar classes comuns do ensino regular, aprendendo e participando com a sua geração (BARBOSA, 2009).

Dessa forma, a complexidade da realidade exige ultrapassar o paradigma da redução, disjunção e unidimensionalização, ao buscar um saber complexo que nos permita associar sem identificar, distinguir sem desarticular ou reduzir por meio da formação de grupos que possam praticar a interdisciplinaridade e o diálogo de saberes (MORIN, 2000).

Diante disso, pode-se entender que a escola pública necessita ser inclusiva e que deve se capacitar para exercer essa função. Abrindo caminhos para a transformação dos sistemas de ensino e valorizando a diversidade humana. Oferecendo à sociedade uma maneira de cobrar ações efetivas de estados e municípios, exigindo a oferta de vagas para todos. Dessa forma, acabando com as escolas especiais com caráter segregador e assistencialista.

3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A política sobre a inclusão escolar prevê o AEE⁵ como seu modelo de atendimento aos alunos da educação especial, que devem ser ofertados nas SRM⁶, nesse contexto, o professor deve atuar no contraturno com os alunos considerados PAEE. Os alunos enquadrados como PAEE⁷, são todos aqueles com deficiência física, auditiva, visual ou intelectual, também com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades (AH/SD). Com isso se coloca a pergunta, os professores que atuam no SRM estão preparados para a diversidade de

⁵Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acessado em: 05/08/2021.

⁶Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acessado em: 05/08/2021.

⁷Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmmental.pdf>. Acessado em: 05/08/2021.

alunos com necessidades educacionais específicas?

Para responder à pergunta que se colocou no parágrafo inicial. Deve-se levar em consideração a formação do professor especialista, a função primordial do professor especialista é de auxiliar o professor da classe comum.

A formação do professor da educação especial não deve ser a de um especialista em uma única “deficiência”, mas focada para atuar com a diversidade que pode ser encontrada em sala de aula. Sendo que a formação específica em educação especial, não deve ser somente para o especialista, mas todos os docentes devem ter uma formação dentro de uma perspectiva inclusiva (PASIAN; MENDES; CIA, 2017).

Dessa maneira:

A partir do momento que há um conjunto de especificidades que demandam conhecimentos para atuar com um determinado alunado, faz-se necessário que docentes possuam formação adequada para tal, e essa formação necessita ser específica para que o professor seja capaz de potencializar o aprendizado de seus alunos, provendo o melhor ensino possível para eles (PASIAN; MENDES; CIA, 2017, p. 973).

Para desenvolver e atender as necessidades dos alunos da educação especial, é necessário o estabelecimento de uma política educacional dentro dessa área, que congregue um trabalho coletivo entre educadores de todas as instancias, que se articule diferentes esferas do poder público, pais, alunos e pesquisadores (LEONARDO, 2008).

Tendo a meta de reestruturar a instituição escolar com políticas que favoreçam e garantam recursos humanos e materiais, fazendo com que os envolvidos nesse processo ganhem consciência da possibilidade de se construir saberes. Também esses elementos devem conter a explicação dos mecanismos e estratégias para a sua efetivação (LEONARDO, 2008).

A inclusão poderá se tornar efetiva quando houver, de fato, uma reestruturação da instituição escolar favorecida por políticas públicas que garantam recursos humanos e materiais, fazendo com que todos os envolvidos tomem consciência de que é possível construir saberes a partir das competências, habilidades e limitações dos seres humanos (LEONARDO, 2008).

Além da participação da família para efetivação do processo de inclusão escolar, a formação do profissional é o fator principal para a efetivação da escola inclusiva. O professor deve acreditar na criança como um ser cognoscente, sendo esse professor a principal peça para que a criança se desenvolva.

Dessa forma, é necessário adotar estratégias durante o processo educacional. Estratégias que serão elaboradas diante do conhecimento do professor sobre seu aluno, sobre suas

capacidades e necessidades, entendendo que a aprendizagem efetiva promove desenvolvimento, que acontece por meio da mediação do professor, grupos, instrumentos utilizados e até mesmo de reflexões sobre os aprendizados anteriores (SILVA; CARVALHO, 2017).

É necessário compreender que as atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (NEVES, 2017).

Dessa forma, é indispensável possibilitar formação inicial em educação especial por meio da criação de cursos de licenciatura cujo foco esteja nos conhecimentos específicos nessa área. Tal possibilidade vai de encontro às respostas dos professores, que demandam mais formação e especificidade. Sendo assim, é preciso criar possibilidades de formação continuada que minimizem as dificuldades encontradas pelos professores, para que os alunos PAEE tenham o melhor aprendizado possível (PASIAN; MENDES; CIA, 2017).

Relacionado a isso:

A formação inicial dos professores em relação ao atendimento das necessidades especiais, ainda ocorre de forma inconsciente, e poucos profissionais iniciam sua carreira docente com experiências de ensino junto a alunos com NEE. A maioria dos professores manifesta descontentamento com seu processo de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente, entre as quais a do professor especializado. A tentativa de suprir essa lacuna tem sido a formação continuada através de educação à distância (MIRANDA, 2008, p.07).

2150

Dessa forma, a formação de professores se torna importante, pois, o preparo dos recursos pedagógicos requer conhecimento específico das necessidades de cada educando, sendo necessário o conhecimento de materiais indicados para os diferentes tipos de necessidades educacionais (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

O que demanda conhecer as potencialidades e necessidades de cada criança. O importante é que se tenha compromisso com a aprendizagem, que o educador observe as necessidades do aluno e as suas potencialidades visando realizar sua prática pedagógica e inclusiva da melhor maneira possível, proporcionando ao educando uma aprendizagem significativa (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

Para tanto, o professor deve acompanhar o desenvolvimento dos alunos, incentivando sua participação na aula, com a intenção de favorecer a construção coletiva do conhecimento sem negligenciar a atenção individualizada. Conhecendo as necessidades e potencialidades de

cada um. Desenvolvendo uma ação pedagógica eficaz e tornando possível a aprendizagem dos educandos (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

O diferencial em incluir seres humanos com necessidades educativas especiais no ensino regular, para além da possibilidade de se inserirem no contexto social e usufruírem o mesmo espaço físico dos considerados normais, são ações que acabam por envolver toda a comunidade acadêmica, a conscientização do direito à cidadania. O pré-requisito fundamental no trabalho de inclusão se dá quando a comunidade acadêmica consegue refletir criticamente sobre os seus conhecimentos cristalizados, sentimentos e informações relacionados a pessoas com deficiência (LEONARDO, 2008).

A inclusão escolar desde que surgiu, estabeleceu um novo paradigma, tanto ideológico como conceitual, que envolveu e ainda envolve políticas públicas, programas e serviços para uma comunidade que se coloca como ativa no seu processo de cidadania.

Nesse ponto a escola ser inclusiva não é somente abrir as portas para todos que tem uma necessidade educacional especial, mas compreender que cada educando que acessa o meio educacional necessita de caminhos para desenvolver seu potencial. Esse educando deve receber um atendimento condizente e diferenciado de acordo com as suas necessidades especiais (LEONARDO, 2008).

2151

O princípio da educação inclusiva consiste que as escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades dos alunos, assegurando-lhes uma educação de qualidade que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado. Com modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos especiais.

Deve ser garantida às crianças com necessidades educativas especiais uma educação efetiva em que elas recebam atendimento de acordo com suas especificidades. As escolas brasileiras, principalmente as públicas, têm enfrentado dificuldades, pois não conseguem proporcionar uma aprendizagem acadêmica nem mesmo às crianças que frequentam o ensino regular, demonstrando ser muito baixo o investimento no que diz respeito ao processo inclusivo e no sistema educacional como um todo (LEONARDO, 2008).

Por fim, a escola inclusiva poderá deixar o plano imaginário a partir de condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e materiais. Sempre acreditando que o professor no contexto inclusivo precisa de preparo para lidar com as diferenças, com a diversidade de todos os alunos.

Diante disso, a inclusão escolar envolve professores bem-preparados e a definição de

uma política que venha subsidiar princípios e práticas para atender às necessidades educativas especiais. A construção normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Entretanto, observa-se que, em sua maioria, as escolas se encontram praticamente destituídas da infraestrutura necessária para implantar projetos inclusivos, em seus aspectos físicos com relação a recursos humanos (LEONARDO, 2008).

Com isto acredita-se que os professores não estão sendo preparados para receber alunos com necessidades educativas especiais, sentindo-se inseguros, preocupados e desamparados em sua profissão (LEONARDO, 2008).

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, tentou dar conta de aspectos da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado, sendo que em nenhum momento se deteve em legislação, dentro de uma análise histórica de fatos importantes para essa modalidade de ensino que luta a muito tempo para se consolidar e garantir direitos a cidadania e formação significativa a todos que dependem dela.

Diante disso conseguiu se demonstrar a importância da educação inclusiva para educandos das mais diversas idades. Se demonstrou da mesma forma, as dificuldades que a escola, comunidade acadêmica, pais e educandos enfrentam para garantir direitos que foram consolidados e devem ser adequados de forma estrutural para o desenvolvimento de uma educação adequada para a geração que está inserida no âmbito da educação inclusiva e para as próximas gerações.

A formação especializada e qualificada para atender os educandos portados de necessidades especiais, ainda está caminhando em passos lentos dentro das instituições de ensinos superiores brasileiras, mas vem se consolidando, demonstrando que não é somente a partir de políticas públicas que se efetivam direitos, mas a partir da mobilização da sociedade como um todo.

Por fim, vale ressaltar que ainda se vê a inclusão com certa insegurança por parte das escolas, esse é um paradigma que deve ser mudado para que num futuro próximo todos os educandos sejam tratados de maneira a firmar suas diferenças e serem valorizadas por toda sociedade. Isso se faz através do contato entre portadores de necessidades especiais e demais educandos desde a educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Jane Rangel Alves. Organização de Sistemas Diferenciados. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional. Brasil. 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_red.pdf. Acessado em: 05/08/2021.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. “Educação Inclusiva: As Implicações Das Traduções e Das Interpretações Da Declaração de Salamanca No Brasil.” Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. 24(91): 359-79. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10440362016000200359&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 05/08/2021.

CASTILHO, E.W. V. “O Papel Da Escola Para a Educação Inclusiva.” In: Justiça, Cidadania e Democracia, ed. R LIVIANU. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 108-19. 2009.

FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um Guia Para Iniciantes. Porto Alegre: Penso. 2013.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. 2008. “Inclusão Escolar: Um Estudo Acerca Da Implantação Da Proposta Em Escolas Públicas.” Psicologia Escolar e Educacional 12(2): 431-40. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572008000200014&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 05/08/2021.

2153

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar: O Que é? Por Quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 2012. “Análise Qualitativa: Teoria, Passos e Fidedignidade.” Ciência & Saúde Coletiva 17(3): 621-26. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012000300007&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 05/08/2021.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. “Formação Docente Continuada: Uma Exigência Frente à Proposta Da Educação Inclusiva.” In: Práticas Inclusivas No Sistema de Ensino e Em Outros Contextos, ed. Lúcia de Araújo Ramos et al. Natal: EDUFRN. 2008.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação Do Futuro. São Paulo: Cortez. 2000.

NEVES, Libéria Rodrigues. 2017. “Contribuições Da Arte Ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar.” Revista Brasileira de Educação Especial 23(4): 489-504. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382017000400489&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 05/08/2021.

ODETE, Maria. “Educação Inclusiva – Um Novo Paradigma de Escola.” *Revista Lusófona de Educação*. 19: 119–34. 2019.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. “Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Da Formação Do Professor.” *Cadernos de Pesquisa* 47(165): 964–81. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10015742017000300009&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 05/08/2021.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. “Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar No Brasil Na Perspectiva Dos Professores: Uma Revisão Integrativa.” *Revista Brasileira de Educação Especial* 23(2): 293–308. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000200293&lng=pt&tlng=pt. Acessado em: 05/08/2021.

SILVA, Natalí Sala da; OLIVEIRA, Thereza Cristina Bastos Costa de. “Convivendo Com a Diferença: A Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Visual.” *III SIES - Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior*: 1–9. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/009 - CONVIVENDO COM A DIFERENÇA.pdf>. Acessado em: 05/08/2021.

UNESCO. “Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais.” 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em: 05/08/2021.